

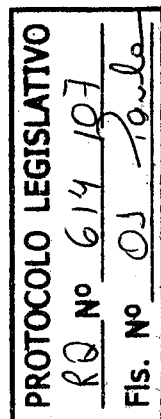


REQUERIMENTO N.º __ RQ 614/2007

(Vários Deputados)

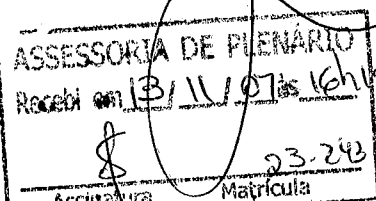
Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
à Assessoria de Plenário, 14/11/07
Assessoria de Plenário

Requerem a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as graves de denúncias de ilegalidades e violação aos direitos humanos, além de inúmeras irregularidades e atos de improbidade administrativa ocorridos no âmbito da administração dos cemitérios no Distrito Federal, bem como os altos preços dos sepultamentos cobrados pela concessionária de serviço público Campo da Esperança Serviços Ltda, no período de janeiro de 1999 a novembro de 2007.



Nos termos do art. 68, § 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal e artigos 72, 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, os parlamentares subscritos abaixo **REQUEREM A CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI)**, pelo prazo regimental de 180 (cento e oitenta) dias, para a investigação das graves de denúncias de ilegalidades e violação aos direitos humanos, além de inúmeras irregularidades e atos de improbidade administrativa ocorridos no âmbito da administração dos cemitérios no

SAIN - Parque Rural - CEP: 70.086-900 - Brasília - DF





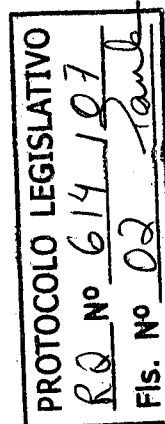
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal, bem como os altos preços dos sepultamentos cobrados pela concessionária de serviço público Campo da Esperança Serviços Ltda, no período de janeiro de 1999 a novembro de 2007.

DO FATO DETERMINADO

A Ouvidoria da Câmara Legislativa tem recebido graves denúncias da população do Distrito Federal, que dão conta do total descaso e falta de compromisso na administração dos cemitérios distritais.

Como se sabe, o Governo do Distrito Federal terceirizou e privatizou de maneira irresponsável tais serviços, criando um verdadeiro monopólio da empresa Campo da Esperança Serviços Ltda. Os preços cobrados pela concessionária pelo sepultamento e demais emolumentos são exorbitantes e inacessíveis à população carente que, em muitos casos, além de enterrar o seu arrimo de família, tem arcar com custos insuportáveis nesse momento de dor e dificuldades.



A seguir relato algumas graves denúncias de evidente violação dos direitos humanos do cidadão e ofensa à sagrada memória dos falecidos e dos seus familiares.

No dia 05 de novembro de 2007 estive pessoalmente no cemitério de Taguatinga, e presenciei o sofrimento da senhora Patrícia Marinho Sena que, no dia 27 de outubro de 2007 foi até o cemitério com o intuito de visitar os



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

túmulos de seus filhos. Chegando ao local, a mãe foi surpreendida com o desaparecimento da sepultura de um dos seus filhos. A senhora Patrícia e o marido, Élio Bastos, pagaram uma taxa de 128 reais para renovar o arrendamento da área onde seus filhos estavam sepultados. Mesmo com a renovação do arrendamento da área até 2011, pasmem deputados: chegando a senhora Patrícia ao local, a sepultura de um dos seus filhos tinha sido removida!

O fato descrito, infelizmente, não foi único. Assim também aconteceu com o senhor Américo Carlos Bergo, também surpreendido com a retirada do túmulo de seu filho Pedro Jacinto, mesmo estando em dia com o pagamento do arrendamento da área.

Outrossim, urge que o Poder Legislativo investigue a concessão do serviço público de administração dos cemitérios do Distrito Federal, que resultou no perverso monopólio da empresa Campo da Esperança Serviços Ltda. Os fatos e as graves denúncias têm demonstrado quão prejudicial tal terceirização tem sido à população do Distrito Federal, especialmente os mais desprovidos de posses.

Esses fatos legitimam e requerem a atuação constitucional do Poder Legislativo como fiscalizador, nos termos do art. 49, inciso X da Constituição Federal e art. 60, inciso XVI da Lei Orgânica do Distrito Federal.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 614/07
Fis. Nº 03



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

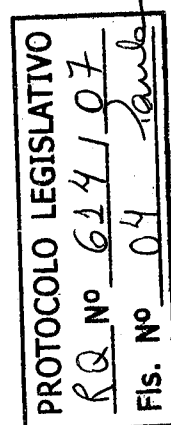
RESTAM CUMPRIDOS OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS PARA A INSTAURAÇÃO DE CPI: **APURAÇÃO DE FATO DETERMINADO, PRAZO CERTO E REQUERIMENTO DE UM TERÇO DA CASA LEGISLATIVA**, CONFORME O ART. 58, §3º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 68, § 3º DA LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requeremos:

- a) a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as graves denúncias de ilegalidades e violação aos direitos humanos, além de inúmeras irregularidades e atos de improbidade administrativa ocorridos no âmbito da administração dos cemitérios no Distrito Federal, bem como os altos preços dos sepultamentos cobrados pela concessionária de serviço público Campo da Esperança Serviços Ltda, no período de janeiro de 1999 a novembro de 2007;

- b) autorização para que a presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI solicite, em caráter transitório, sem ônus para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a participação de um membro do Ministério Público do





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Distrito Federal e Territórios, bem como requisi-
te funcionários de qualquer Órgão ou Entidade da
Administração Pública direta, indireta e fundacional do
Distrito Federal, podendo inclusive, solicitar a cessão,
nas mesmas condições, de servidores dos Poderes
Federais, necessários à execução dos trabalhos;

- c) ao Presidente desta Casa, a designação de **cinco membros**, em atenção à indicação dos líderes partidários, para a composição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- d) a tramitação desta proposição em regime de URGÊNCIA.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 614/07
Fis. Nº 05

JUSTIFICAÇÃO

Os fatos narrados são graves e afetam diretamente a vida de todos os cidadãos do Distrito Federal, devendo Poder Legislativo investigar com rigor as graves denúncias aqui descritas, dentre elas profundas e flagrantes violações à dignidades humana e aos direitos humanos mais elementares.



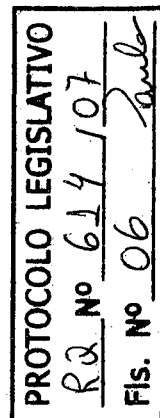
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Outrossim, urge que o Poder Legislativo investigue a concessão do serviço público de administração dos cemitérios do Distrito Federal, que resultou no perverso monopólio da empresa Campo da Esperança Serviços Ltda. Os fatos e as graves denúncias têm demonstrado quão prejudicial tal terceirização tem sido à população do Distrito Federal, especialmente os mais desprovidos de posses.

Esses fatos legitimam e requerem a atuação constitucional do Poder Legislativo como fiscalizador, nos termos do art. 49, inciso X da Constituição Federal e art. 60, inciso XVI da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em...

Deputado REGUFFE



Deputado Alírio Neto

Deputado Aylton Gomes

Dep. Batista das Cooperativas

Deputado Berinaldo Pontes

Deputado Bispo Renato

Deputado Brunelli



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL


Deputado Cabo Patrício


Deputado Chico Leite


Deputada Erika Kokay


Deputado Leonardo Prudente


Deputado Paulo Roriz

Deputado Benício Tavares

Deputada Eurides Brito


Deputado Rogério Ulysses

Deputado Wilson Lima


Deputado Dr. Charles

Deputado Cristiano Araújo

Deputada Jaqueline Roriz

Deputado Milton Barbosa


Deputado Eliana Pedrosa


Deputado Paulo Tadeu


Deputada Raimundo Ribeiro


Deputado Roney Nemer

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 614/07
Fis. Nº 07 



FECHAR

IMPRIMIR

www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20071106-308800-0,00.html>

Terça-Feira, 06 de Novembro de 2007

Reportagem

Surpresa no Dia de Finados

Tatiana Rodrigues / Luiz Quilião



A dona-de-casa Patrícia Sena e o policial militar Élio Sena (foto) querem saber para onde os restos mortais do filho deles foram levados. Em 1996, Tiago Henrique, um bebê prematuro, foi enterrado no Cemitério de Taguatinga. Este ano, o túmulo não está mais lá.

"Quando chegamos aqui não tinha mais nada. Fiquei espantada. Fui com o meu pai na administração saber o que tinha acontecido e me pediram o nome dele. Digitaram no computador e disseram que realmente tinham sido retirados de lá, que tinha saído no Diário

Oficial que ia ser retirado. Aí eu disse que o meu está pago até 2011", relata Patrícia.

Élio procurou no Diário Oficial e não havia nenhum comunicado sobre a retirada dos restos mortais do filho. A administração do cemitério argumentou com ele que um decreto de 1999 autoriza a retirada dos corpos de pessoas que foram enterradas de graça. Mas esse não é o caso.

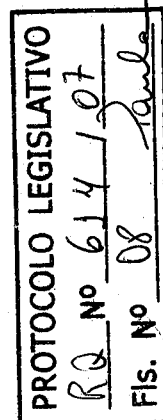
"O meu filho não foi enterrado gratuitamente. O local foi arrendado. Eu não comprei, mas estava arrendado", conta o policial militar.

A denúncia chegou à Ouvidoria da Câmara Legislativa, que deve investigar o caso. "Vou pedir uma investigação rigorosa da Câmara Legislativa sobre esse assunto. Dependendo de como for, vou defender a cassação da concessão dessa empresa, porque isso é um absurdo", afirma o deputado Reguffe (PDT).

"Eu quero que o lugar de direito dele após o falecimento seja dele novamente. Inclusive, não enterraram ninguém no local. Então, é melhor que o lugar dele seja resguardado. Eu quero que ele seja colocado de volta", diz Élio Sena.

Segundo o deputado, este não é o único caso. Outra família também enfrentaria o mesmo problema.

A Administração do Cemitério de Taguatinga informou que apenas o diretor da concessionária que administra os cemitérios do Distrito Federal poderia dar explicações, mas ele não foi encontrado pela equipe de reportagem do **Bom Dia DF**.



CAMPO DA ESPERANÇA

FAMÍLIA DESCONHECIA EXUMAÇÃO

Integrantes da Ouvidoria da Câmara Legislativa foram ontem verificar a denúncia de que o filho da dona-de-casa Patrícia Marinho Sena, 35 anos, havia sido exumado sem o conhecimento da família. “O Cemitério de Taguatinga explicou que houve uma remoção para o ossário. O revoltante é que temos o arrendamento do espaço até 2011”, afirma Patrícia. Segundo o diretor da empresa Campo da Esperança, Rodrigo Macedo, foi feito um edital de convocação em março para que dezenas de familiares responsáveis por sepulturas do Setor F do Cemitério de Taguatinga comparecessem ao local. “O objetivo foi diminuir o espaço entre as sepulturas para que mais pessoas possam ser enterradas. Se houver um erro no caso deles, iremos corrigir”, garante o diretor. Segundo ele, isso significa a possibilidade de nova exumação e transferência dos restos mortais para o local onde estavam enterrados antes. Para o ouvidor da Câmara, deputado Antônio Reguffe (PDT), a atitude da empresa é inadmissível. Ele promete levar o caso ao plenário da Casa hoje.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
RQ Nº 614/07
Fis. Nº 09
<i>[Assinatura]</i>

**Pais temem
fim de aulas
no Sesi**

A Ouvidoria da Câmara Legislativa recebeu mais uma denúncia de retirada de túmulos sem autorização dos familiares desta vez no cemitério do Gama. Como faz há mais de 30 anos, desde que sua irmã Delmara faleceu, o servidor público Josimar Cunha foi, no último dia 1º, preparar o túmulo da irmã para o Dia de Finados. Mas, dessa vez, ele não pôde colocar rosas no jazigo, pois ele não estava mais no local. "Foi a pior imagem que se pode imaginar", afirmou.

ELIO E PATRÍCIA LEVARAM A QUEIXA À CÂMARA LEGISLATIVA

prévia autorização, como mostrou ontem o **Jornal de Brasília**, Josimar tinha o arrendamento – uma espécie de aluguel da área – pago até 2010.

Além da dor de não encontrar o túmulo da irmã, o servidor público reclama do atendimento que recebeu no cemitério. "Me trataram de forma recalcitrante. Disseram que publicaram o aviso no *Diário Oficial do DF*. Mas quem lê o *Diário Oficial*?", questionou.

O deputado distrital Antônio Reguffe (PDT), ouvidor da Câmara, protocolou um requerimento na Comissão de Direitos

Humanos da Casa para que sejam investigadas as denúncias. Ele propôs, ainda, que a Câmara convoque os diretores da Cam-

po da Esperança Serviços, empresa que administra os seis cemitérios do DF, o secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, João Oliveira, e os representantes do Sindicato das Funerárias.

"A empresa concessionária é responsável e não há nada que justifique a retirada. Se é por falta de espaço, que o poder público construa mais cemitérios", disse Reguffe. Ele questionou também os valores pagos para enterrar uma pessoa no DF. De acordo com o parlamentar, cobra-se, em média, R\$ 1.100, por sepultamento. "É um absurdo", disse.

Funerárias

A deputada Eliana Pedrosa (DEM) denunciou que as funerárias não estão cumprindo a tabela de preços para os sepultamentos. Já a deputada Erika Kolay (PT) afirmou que a terceirização dos cemitérios, em vez de melhorar, piorou a situação para a população. A petista cobrou do Executivo maior fiscalização, principalmente, nos valores cobrados pela funerárias.

Os pais dos quase 4 mil alunos que estudam nas escolas do Serviço Social da Indústria (Sesi) de Taguatinga e Ceilândia estão preocupados com o futuro dos filhos. Na última segunda-feira, eles foram surpreendidos por um comunicado informando que o convênio entre a instituição e a Secretaria de Educação do Distrito Federal havia chegado ao fim. Indignados, eles promoveram ontem uma manifestação em frente ao Sesi de Taguatinga Norte. "Junto três filhos estudando aqui e, sem nenhum aviso prévio, eles resolveram acabar com o convênio", reclamou a professora Rose Alves.

A parceria entre Sesi e Governo funciona da seguinte forma: a instituição fornece a parte física e 40% das vagas para estudantes de baixa renda e trabalhadores da indústria sem nenhum custo. Em contrapartida, a Secretaria de Educação entra com os recursos humanos, professores e lanche. O Sesi conta com mais de cem professores no quadro de funcionários. A maioria possui mestrado e doutorado.

Essa marcada para hoje de manhã uma reunião definitiva entre o secretário de Educação do DF, José Luiz Valente, e a diretoria do Sesi para pôr fim ao impasse, mas a Assessoria de Imprensa da secretaria adiantou que as partes estão dispostas a renovar o conteúdo. De acordo com a assessoria, houve apenas um pequeno embate sobre os termos do novo contrato.

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
CONSTITUÍDA EM 1960

AVISO

A Companhia Imobiliária de Brasília - **TERRACAP** torna público que requereu ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - **IBAMA** a **Licença de Operação para Setor de Áreas Isoladas Noroeste - SAI Noroeste**, localizado na Região Administrativa de Brasília - **RA-I**.

Brasília, 06 de novembro de 2007.
ANTONIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO
Presidente

CELSON FRAN
27/09/1951 6/11/200

Fernando, Mara, Vagner, Daniela, José Carlos, Juliana, Camila, Solange, Romoaldo, Vanessa, Evaldo, Eli, Iran, Clemilda e Jakeline, seus amigos e companheiros de trabalho na Polimídia Consultoria, informamos o falecimento de nosso amado colega e diretor, Jornalista Celson Franco. Nosso último adeus será dado a partir das 13h, na Capela 10 do Cemitério Campo da Esperança. O sepultamento será às 17h.

GDF
GOVERNADOR GLENN O. CLARK
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

A Companhia Imobiliária de Brasília - **TERRACAP** toma público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - a Licença de Instalação para a implantação da Subzona Sobradradial 8 - SZH 8, Vila DNOCS, localizada na Região Administrativa de Sobradinho - RA-V, Processo de Licenciamento Ambiental nº 01.000.877/1998 e apenso nº 134.000.189/1999.

Brasília, 06 de novembro de 2007.
ANTONIO RAIMUNDO GOMES SILVA FILHO
Presidente

[illegible]

Brasil Telecom

PROTOCOLLO LEGISLATIVO

RQ No 624107

10
29
5/13

TAGUATINGA || ÀS VÉSPERAS DO DIA DE FINADOS, CASAL DESCOBRIU QUE O JAZIGO DO FILHO NÃO EXISTIA MAIS. RESTOS MORTAIS TERIAM SIDO TRANSFERIDOS PARA UM OSSÁRIO

Desrespeito no cemitério

Da redação

Às vésperas do Dia de Finados, a dor pela perda do filho — morto há dez anos — enfrentada pelo casal Elio e Patrícia Sena se somou a um sentimento de revolta.

Poucos dias antes do feriado, eles descobriram que o túmulo de Thiago, outrora localizado na quadra 106, setor FI, camp 41, do cemitério de Taguatinga, não existia mais.

"Me senti muito mal. Trazia

flores para enfeitar o túmulo e ele não estava mais lá. Fiquei sem chão", conta Patrícia, que visitou o local no dia 27 de outubro para os preparativos de praxe.

Desesperada, e com os comprovantes do arrendamento do túmulo quitados até 2011, a família procurou a direção do cemitério. Lá foi informada de que a medida era legal e que o aviso para comparecimento ao local para tratar do assunto havia sido publicado no *Diário Oficial*

do DF e em jornais de grande circulação na cidade e que os restos mortais do filho estariam em um ossário no próprio cemitério. "Ninguém soube dizer onde fica esse ossário", reclamou Elio Sena.

Inconformado, Elio fez uma denúncia à Ouvidoria da Câmara Legislativa. Ainda ontem, o ouvidor da Casa, deputado José Antônio Reguffe (PDT), foi ao local e classificou o episódio como absurdo. "Não há nada que justifique isso", afirmou.

PROTOCOLO LEGISLATIVO

RQ Nº 644107

Fis. Nº 11

Paula